

Vitória Diesel

2021
DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO

31/12/21

VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 39.786.983/0001-79

VD COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
VD Comércio de Veículos Ltda.
Cariacica - ES

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da VD Comércio de Veículos Ltda., ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VD Comércio de Veículos Ltda., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à VD Comércio de Veículos Ltda., e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a VD Comércio de Veículos Ltda., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as



demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cariacica, 23 de março de 2022



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846 - S - ES

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cristiano Mendes de Oliveira', written over a faint circular stamp.

Cristiano Mendes de Oliveira
Contador CRC 1 RJ 078157/O-2 - S - ES

Balancos Patrimoniais | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	124.152	71.928	190.724	123.707	Empréstimos e financiamentos	15	108.400	26.641	128.639	44.401
Fundo de capitalização de concessionárias	6	56.057	34.997	142.289	95.916	Fornecedores	17	109.225	39.033	237.767	122.845
Contas a receber	7	39.525	35.472	117.370	91.158	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	8.445	5.551	18.366	13.103
Estoques	8	29.988	13.534	103.268	47.896	Contas a pagar por aquisições	19	2.745	2.745	22.453	2.745
Tributos a recuperar	9	6.671	3.523	16.048	4.046	Adiantamento de clientes e outras obrigações	20	6.533	7.771	16.513	16.124
Adiantamento a fornecedores	10	460	588	2.438	3.034	Contas a pagar para partes relacionadas	11	1.440	1.503	1.694	1.503
Créditos diversos e outros	10	5.542	3.867	8.172	6.249	Passivo de arrendamento	16	879	698	3.423	2.600
Contas a receber de partes relacionadas	11	21.174	5.315	18.662	4.419	Instrumentos Financeiros derivativos		2.046	-	2.269	
		283.569	169.224	598.971	376.425			239.713	83.942	431.124	203.321
Não circulante						Não circulante					
Contas a receber Longo prazo	7	264	487	264	487	Empréstimos e financiamentos	15	147.517	134.785	197.028	155.149
Depósitos judiciais	20	714	910	1.549	1.577	Obrigações trabalhistas e tributárias	18	2.060	2.070	2.060	2.070
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	600	-	600	Contas a pagar por aquisições	19	1.966	1.966	1.966	1.966
Créditos diversos e outros	10	12.688	8.033	13.072	8.405	Passivo de arrendamento	16	3.656	3.822	8.583	7.084
Instrumentos financeiros Derivativos	3.5	-	304	-	304	Provisão para demandas judiciais	21	144	144	144	144
		13.666	10.334	14.885	11.373	Instrumentos Financeiros derivativos		174	0	800	0
								155.517	142.787	210.581	166.413
Investimento						Patrimônio líquido					
Imobilizado líquido	13	185.759	99.629	205.010	114.073	Capital social	22	85.677	85.677	85.677	85.677
Intangível líquido	14	394	1.747	34.068	3.703	Reserva de Lucro	22	78.877	19.142	78.877	19.142
		262.457	151.990	239.078	117.776	Outros Resultados abrangentes		(92)		(92)	
								164.462	104.819	164.462	104.819
						Participação de acionistas não controladores				46.767	31.021
Total do ativo		559.692	331.548	852.934	505.574	Total do passivo e do patrimônio líquido		559.692	331.548	852.934	505.574

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional Líquida	23	604.605	437.761	1.919.006	1.292.053
Custo dos veículos vendidos e serviços prestados	24	(507.904)	(379.126)	(1.639.085)	(1.134.654)
Lucro operacional bruto		96.701	58.635	279.921	157.399
Administrativas, comerciais e gerais	25	(70.802)	(49.554)	(162.139)	(100.031)
Outras receitas (despesas) operacionais	27	48.299	10.769	46.909	10.939
Resultado de equivalência patrimonial	12	37.199	20.196	-	-
		14.696	(18.589)	(115.230)	(89.092)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		111.397	40.046	164.691	68.307
Despesas financeiras	26	(19.881)	(7.748)	(25.936)	(13.036)
Receitas financeiras	26	6.932	3.935	13.129	9.351
		(12.949)	(3.813)	(12.807)	(3.685)
Lucro antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		98.448	36.233	151.884	64.622
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	28	(11.132)	(3.766)	(41.584)	(19.777)
Lucro líquido do exercício		87.316	32.467	110.300	44.845
Lucro líquido do exercício destinado aos não controladores				22.870	12.378
Lucro líquido do exercício destinado ao controlador				87.430	32.467

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	87.462	32.467	110.536	44.846
Outros resultados abrangentes	(92)	-	(276)	-
Total do resultado abrangente do período, líquido de impostos	<u>87.370</u>	<u>32.467</u>	<u>110.260</u>	<u>44.846</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital social	Reserva de Lucros	Outros resultados abrangentes	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	85.677	5728,0	-	21.825	113.230
Lucro líquido do exercício	-	32.467	-	12.378	44.845
Constituição de reserva	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	(19.053)	-	-	(19.053)
Distribuição de lucros - não Controladores	-	-	-	(3.182)	(3.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	85.677	19.142	-	31.021	135.840
Lucro líquido do exercício	-	87.315	-	22.870	110.185
Constituição de reserva	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	(27.580)	-	-	(27.580)
Distribuição de lucros - não Controladores	-	-	-	(7.054)	(7.054)
Outros Resultados abrangentes	-	-	(92)	(70)	(162)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	85.677	78.877	(92)	46.767	211.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Fluxo de Caixa | Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda	87.316	32.467	110.300	44.846
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa				
Depreciações	2.086	1.639	4.868	4.614
Amortizações	5.205	4.541	11.013	5.681
Custo líquido de ativos alienados	44.510	13.165	45.352	14.729
Equivalência patrimonial	(25.690)	(15.005)	-	-
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(92)	-	(276)	-
Lucro líquido ajustado antes do imposto de renda	113.335	36.807	171.257	69.870
Aumento/ (redução) de ativos e passivos				
Contas a receber	(3.829)	(8.919)	(25.989)	14.666
Estoques	(16.454)	15.194	(55.370)	36.493
Tributos a recuperar	(3.148)	1.471	(12.002)	1.957
Créditos diversos	(6.330)	(8.855)	(6.589)	(8.926)
Adiantamento a Fornecedor	127	589	595	(1.699)
Fundo de capitalização de concessionárias	(21.060)	12.266	(46.374)	30.246
Instrumentos financeiros Derivativo	2.523	(304)	3.373	(304)
Depósitos Judiciais	196	(261)	27	(770)
Contas a receber de partes relacionadas	(15.260)	19.014	(13.644)	18.128
Contas a pagar para partes relacionadas	(66)	721	191	386
Fornecedores	70.195	(48.403)	114.923	(112.952)
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.884	(349)	5.253	1.334
Adiantamento de clientes e outras obrigações	(1.237)	1.102	390	344
Passivo de arrendamento	15	(127)	2.322	(276)
Contas a pagar por aquisições	-	-	19.707	-
Caixa líquido gerado provenientes das atividades operacionais	<u>121.891</u>	<u>19.946</u>	<u>158.070</u>	<u>48.497</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de investimentos				
Aquisição de investimentos	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(135.680)	(72.555)	(145.020)	(78.039)
Aquisição de intangível	(898)	(299)	(37.515)	(784)
Caixa líquido consumido provenientes das atividades de investimentos	<u>(136.578)</u>	<u>(72.854)</u>	<u>(182.535)</u>	<u>(78.823)</u>
Fluxo de Caixa das Atividade de financiamentos				
Ingressos de empréstimos	94.491	142.549	126.116	171.641
Distribuição de lucros	(27.580)	(19.053)	(34.634)	(22.234)
Caixa líquido gerado (consumido) provenientes das atividades de financiamentos	<u>66.911</u>	<u>123.496</u>	<u>91.482</u>	<u>149.407</u>
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>52.224</u>	<u>70.588</u>	<u>67.017</u>	<u>119.081</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	71.928	1.340	123.707	4.626
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>124.152</u>	<u>71.928</u>	<u>190.724</u>	<u>123.707</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Empresa foi fundada no ano de 1960, tendo sua sede localizada na cidade de Cariacica, no estado do Espírito Santo, e tem por objetivo principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Mercedes-Benz, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva e o comércio de veículos novos e usados, podendo participar em outras empresas como quotista ou acionista. Atualmente possui cinco concessionárias próprias, localizadas nas cidades de Cariacica (Sede), Serra, Colatina, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Domingos Martins, no estado do Espírito Santo, mais dez concessionárias com participação majoritária nas cidades de São José dos Pinhais, Curitiba, Ponta Grossa, Jaguariáiva e Telêmaco Borba no estado do Paraná e Joinville, Concordia e Xanxerê, no Estado de Santa Catarina e Registro na cidade de São Paulo e uma recapadora da marca Michelin localizada na cidade de São José dos Pinhais.

A Empresa faz parte do Grupo Águia Branca, o qual possui negócios nas áreas de logística, transporte rodoviário, transporte aéreo e comércio de veículos e peças. A atividade relacionada com a área de comércio de veículos e peças é desenvolvida pela Empresa em conjunto com outras empresas do Grupo.

1.1. Impactos do Covid-19

Frente à proliferação da COVID-19, que gerou o decreto legislativo em âmbito federal reconhecendo calamidade pública nacional a Empresa elaborou e executou diversos planos de ação sociais, buscando manter a saúde de nossos colaboradores. As medidas adotadas estão em linha com as medidas e recomendações da OMS e do Ministério da Saúde.

2. Resumo das principais normas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas para a emissão pela diretoria da Empresa em 23 de março 2022, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Empresa estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritos a seguir.

As demonstrações contábeis da Empresa apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Empresa.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, resgatáveis em até três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa e suas controladas diretas e indiretas quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Empresa, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i. O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;

- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i. O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros;
- ii. Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor

recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Empresa e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Empresa e suas controladas.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Empresa.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.2.4. Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa das contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Empresa como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.2.5. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.2.6. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Empresa e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Ano</u>
Edificações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Os valores contábeis líquidos dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

2.2.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.9. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas do grupo para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Empresa, e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Empresa devem ser atendidos, conforme descrição a seguir:

a) Venda de produtos

As empresas do grupo beneficiam e vendem diversos produtos, tais como, veículos novos, usados e peças de reposição da marca Mercedes-Benz, venda de pneus novos da marca Michelin.

A Empresa adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

b) Venda de serviços

As empresas do grupo realizam a prestação de serviços de assistência técnica automotiva da marca Mercedes-Benz e serviço de recapagem e montagem de pneus da marca Michelin.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados durante o período até a data do balanço.

2.3. Pronunciamento novo ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):

Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):

A partir de junho de 2020, e depois a partir de março de 2021, a IFRS 16 / CPC 06-R2 foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia do COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições:

- a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022;
- c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com o expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação.

A Companhia não optou por utilizar o expediente prático originalmente emitido em maio 2020 para todas as concessões de aluguel que atenderam aos referidos critérios.

2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

- a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma.

b) Outras normas

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022;
- Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023;
- Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; e
- Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de

2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB.

2.5. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;
- Benefício a empregados;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Empresa exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Empresa adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes.

Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº7);
- Estimativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos (Nota explicativa nº 27).

No entendimento da administração da Empresa, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.6. Consolidações

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

2.6.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Empresa e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Empresa controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Empresa controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações intercompany, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

2.6.2. Perda de controle em controladas

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada novamente ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Empresa tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Empresa detém participação na seguinte empresa controlada:

- 62% de participação na empresa Savana Comércio de Veículos Ltda. Esta empresa tem por objeto principal realizar a operação de adquirir o direito de exploração e comercialização dos veículos da marca Mercedes-Benz, totalizando dez concessionárias nas cidades de São José dos Pinhais, Curitiba, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Telêmaco Borba no estado do Paraná, Joinville, Concordia e Xanxerê, no Estado de Santa Catarina e Registro no estado de São Paulo.

A Empresa detém participação indireta na seguinte empresa controlada:

- A Savana Comércio de Veículos LTDA, detém 100% de participação na Savana Pneus LTDA, empresa que comercializa Pneus Michelin Novos e também oferecem o serviço de Recapagem, na cidade, São José dos Pinhais no estado do Paraná.

3. Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

3.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Empresa e aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa.

A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Empresa, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i. Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Empresa decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos as taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos as taxas fixas expõem a Empresa ao risco de valor justo associado a taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Empresa está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além das já constituídas (Nota Explicativa nº 0). O valor contábil dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito, conforme apresentado:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	124.152	71.928	190.724	123.707
Contas a receber (Nota Explicativa nº 7)	39.789	35.959	117.634	91.645

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Empresa. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Empresa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Natureza	Controladora				Valor justo
	31 de dezembro de 2021				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	108.400	35.221	112.296	-	255.917
Fornecedores	109.227	-	-	-	109.227
	<u>217.627</u>	<u>35.221</u>	<u>112.296</u>	<u>-</u>	<u>365.144</u>

Natureza	Consolidado				Valor justo
	31 de dezembro de 2021				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	128.639	84.731	112.297	-	325.667
Fornecedores	237.769	-	-	-	237.769
	<u>366.408</u>	<u>84.731</u>	<u>112.297</u>	<u>-</u>	<u>563.436</u>

Natureza	Controladora				Valor justo
	31 de dezembro de 2020				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	26.641	132.090	2.694	-	161.425
Fornecedores	39.034	-	-	-	39.034
	<u>65.675</u>	<u>132.090</u>	<u>2.694</u>	<u>-</u>	<u>200.459</u>

Natureza	Consolidado				Valor justo
	31 de dezembro de 2020				
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Mais de cinco anos	
Empréstimos e financiamentos	44.401	152.454	2.694	-	199.549
Fornecedores	122.846	-	-	-	122.846
	<u>167.247</u>	<u>152.454</u>	<u>2.694</u>	<u>-</u>	<u>322.395</u>

3.3. Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir o nível de endividamento, por exemplo.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim sumariados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 15)	255.917	161.426	325.667	199.550
Instrumentos financeiros derivativos	2.219	-	3.069	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5)	(124.152)	(71.928)	(190.724)	(123.707)
Dívida líquida	133.984	89.498	138.012	75.843
Patrimônio líquido	164.609	104.819	164.609	104.819
Patrimônio líquido e dívida líquida	298.593	194.317	302.621	180.662

3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados nos mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direto (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços), além dos preços cotados incluídos no Nível 1;
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valor justo de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na Nota Explicativa nº 15.1.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

A Empresa não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Análise de sensibilidade

A Empresa realiza captações de recursos com terceiros que são atualizadas por juros pré-fixados acrescidos das variações da Taxa de Longo Prazo (TLP) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A seguir, demonstram-se as análises de sensibilidade das possíveis oscilações desta taxa, considerando cenários positivos ou negativos, que podem gerar prejuízos ou ganhos materiais para a Empresa.

Considerando o cenário de juros no mercado interno, tendo o CDI como seu principal indexador, com base na taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2021, projetamos os seguintes cenários:

	Controladora			
	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	258.136	258.136	258.136	258.136
Taxa estimada provável	12,31% a.a		12,31% a.a	
Despesa financeira provável	-31.659		-31.659	
Taxa estimada considerando os cenários	11,05%	11,66%	14,73%	13,50%
Despesa financeira recalculada	(28.521)	(30.105)	(38.028)	(34.859)
Acréscimo/decréscimo na despesa	(3.138)	(1.553)	6.369	3.200

	Consolidado			
	Cenário positivo		Cenário negativo	
	-10%	-5%	20%	10%
Valor total da dívida	328.735	328.735	328.735	328.735
Taxa estimada provável	12,31% a.a		12,31% a.a	
Despesa financeira provável	-40.412		-40.412	
Taxa estimada considerando os cenários	11,08%	11,69%	14,77%	13,54%
Despesa financeira recalculada	(36.416)	(38.439)	(48.554)	(44.508)
Acréscimo/decréscimo na despesa	(3.997)	(1.974)	8.142	4.096

3.5. Operações com instrumentos financeiros derivativos

As operações de "swap" registradas pela companhia foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, visando eliminar a exposição à variação cambial e fixando sua atualização pelos índices do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), acrescido de determinado percentual de "spread".

A composição das operações com derivativos em de 31 de dezembro de 2021, são conforme demonstrados a seguir:

Controladora										
Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Data Vencimento	Valor Ncional R\$	Valor Ncional R\$	SWAP Accrual	SWAP Valor Justo	Accrual x
										Valor
Itau	€	EUR+1,90%	CDI+2,60%	14/12/21	16/12/24	2.355	15.000	(115)	(207)	(92)
Bradesco	R\$	7,13%	175,90% CDI	01/10/20	22/09/22	-	20.000	(311)	(2.013)	(1.701)
Totais						2.355	35.000	(426)	(2.219)	(1.793)

Consolidado										
Instituição	Moeda	Recebe	Paga	Data Início	Data Vencimento	Valor Ncional R\$	Valor Ncional R\$	SWAP Accrual	SWAP Valor Justo	Accrual x
										Valor
Itau	€	EUR+1,90%	CDI+2,60%	14/12/21	16/12/24	2.355	15.000	(115)	(207)	(92)
Bradesco	R\$	7,13%	175,90% CDI	01/10/20	22/09/22	-	20.000	(311)	(2.013)	(1.701)
Santander	US\$	US\$ + 2,87%	CDI+2,60%	23/04/19	19/04/21	8.872	50.000	(665)	(849)	(185)
Totais						11.227	85.000	(1.091)	(3.069)	(1.978)

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A Administração da Empresa estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção;
- Provisões: a determinação de provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Impairment: a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável;
- Valor justos de instrumentos financeiros: o valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Empresa com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	38	49	117	106
Bancos conta movimento	740	472	1.632	1.042
Aplicações financeiras (*)	123.374	71.407	188.975	122.559
	<u>124.152</u>	<u>71.928</u>	<u>190.724</u>	<u>123.707</u>

(*) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimento de renda fixa (fundos não exclusivos) e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), não possuindo garantia atrelada aos seus saldos. As aplicações possuem rentabilidade de 80% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Fundo de capitalização de concessionárias

Referente aos recursos aportados no fundo de capitalização das concessionárias Mercedes-Benz, o qual tem como finalidade garantir a segurança e a liquidez das operações de crédito realizadas pela montadora aos concessionários.

O referido fundo é constituído por contribuições da Empresa, em função da comercialização de veículos novos, componentes e parcela da montadora. Os valores aplicados nesse fundo possuem movimentação e resgates mensais de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado com a montadora, possuindo liquidez e saldo contábil compatível com o valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo do fundo para capitalização de concessionárias, em nome da Empresa, estava representado pelas seguintes aplicações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Banco Bradesco - Componentes	7.940	4.398	18.393	9.152
Banco Mercedes-Benz - Veículos	48.117	30.599	123.896	86.764
	<u>56.057</u>	<u>34.997</u>	<u>142.289</u>	<u>95.916</u>

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos, peças e acessórios e serviços	29.279	29.161	99.768	78.666
Cheques a receber	117	298	374	1.113
Cartões de crédito	7.110	3.687	9.439	5.402
Incentivos de venda, garantias e outros (i)	3.283	2.813	8.053	6.464
	<u>39.789</u>	<u>35.959</u>	<u>117.634</u>	<u>91.645</u>

(i) Referem-se aos incentivos de vendas, garantias e outras contas a receber da montadora.

A abertura do saldo de conta a receber de clientes pelos seus vencimentos está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	31.837	33.501	98.336	87.106
Vencidos				
Vencidos até 30 dias	3.307	2.024	10.179	3.397
Vencidos de 31 a 90 dias	2.666	153	4.303	362
Vencidos de 91 a 180 dias	586	77	1.735	234
Vencidos de 181 a 365 dias	1.393	204	3.080	546
	<u>7.952</u>	<u>2.458</u>	<u>19.297</u>	<u>4.539</u>
	<u>39.789</u>	<u>35.959</u>	<u>117.633</u>	<u>91.645</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	39.525	35.472	117.370	91.158
Não circulante	264	487	264	487
Total de Contas a Receber	<u>39.789</u>	<u>35.959</u>	<u>117.634</u>	<u>91.645</u>

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Os valores de perdas apurados são imateriais, assim não constituiu perda esperada de crédito de liquidação duvidosa.

Movimentação de baixas de duplicatas para perda financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Baixas	206	55	603	274
(-) Perdas Recuperações	(201)	-	(452)	(132)
Saldo final	6	55	151	142

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Veículos novos	18.783	5.151	70.059	26.103
Peças e acessórios	11.205	8.383	33.209	21.793
	29.988	13.534	103.268	47.896

No ano de 2021 a empresa encerrou o ano com o estoque de veículos novos superior ao ano de 2020, o volume significativo se dá devido a retomada da fabricação de veículos em 2021 após passar por períodos desacelerados devido as consequências da pandemia do COVID 19. Outro fator é a expectativa de crescimento das vendas para 2022.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	48	746	8.752	930
Imposto de Renda (IRRF e IRPJ) e Contribuição social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	4.377	2.449	4.485	2.480
Pis/Cofins A Recuperar C/Acao Judicial	1.346	-	1.346	-
Outros	900	328	1.464	636
	6.671	3.523	16.048	4.046

Encerramos o ano de 2021 com o estoque consideravelmente superior ao estoque de 2020 (nota 8) tal aumento no volume justifica o crescimento considerável na conta de ICMS em 2021.

Referente ao lançamento de Pis e cofins a recuperar com ação judicial, em 15 de março de 2017, por meio do Recurso Extraordinário (RE) nº 574.706/PR, o STF definiu que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS/COFINS (cumulativo ou não-cumulativo).

Em setembro de 2017, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional opôs Embargos de Declaração no RE, requerendo esclarecimentos dos seguintes pontos: (i) definição sobre o ICMS a ser excluído (ICMS “a pagar” x ICMS destacado na nota fiscal); e (ii) a modulação dos efeitos da decisão para que esta somente produzisse impactos prospectivos, o que vedaria a restituição/compensação de créditos de períodos anteriores ao julgamento (15/03/2017) para os contribuintes que não tivessem ação judicial sobre a matéria.

Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos de Declaração e definiu que o ICMS a ser excluído seria o ICMS destacado nas notas fiscais e aplicou a modulação dos efeitos da decisão para os contribuintes que ingressaram com demandas judiciais posteriormente ao início do julgamento do RE, de modo que a recuperação de créditos teria que obedecer a data limite de 15/03/2017. Os contribuintes que ingressaram com ação anteriormente a 15/03/2017, restaria preservado o direito de recuperar os créditos referentes ao quinquênio (5 anos) anterior à propositura da ação judicial.

Resolvidas as questões processuais e ocorrido o trânsito em julgado das ações judiciais sobre o tema, foi contratada empresa de consultoria externa independente para os levantamentos e materialização do direito tutela nas ações judiciais, objetivando a habilitação do laudo técnico junto a Secretaria da Receita Federal para as compensações dos créditos apurados.

Como resultado do laudo técnico identificou-se um crédito tributário bruto na ordem R\$ 1.346 a ser reconhecido como receita bruta no exercício de 2021.

10. Créditos diversos e outros

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamentos aos Fornecedores	460	588	2.438	3.034
Créditos diversos e outras	18.230	11.900	21.244	14.654
	<u>18.690</u>	<u>12.488</u>	<u>23.682</u>	<u>17.688</u>
Circulante	6.002	4.455	10.610	9.283
Não Circulante	12.688	8.033	13.072	8.405

No ano de 2020, a empresa expandiu o seu portfólio de produtos e serviços, oferecendo a seus clientes a oportunidade de realizar locação de veículos, com a implantação desse novo nicho de mercado a empresa possui uma frota de veículos novos classificado em seu ativo imobilizado, com essas aquisições a conta de ICMS sobre imobilizado mantém em evolução, em 31 de dezembro de 2021, foi registrado o montante de R\$ 12.688 (R\$ 8.033 em 2020).

11. Transações com partes relacionadas

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2.021	2.020	2.021	2.020
VD Pneus LTDA (iii)	-	600	-	600
Savana Pneus LTDA (iii)	-	-	-	-
Mútuo a Receber	-	600	-	600
Contas a Receber				
VD Pneus Ltda (i)	88	41	88	41
Savana Comércio de Veículos Ltda (i)	2.515	1.394	-	-
AB Comércio de Veículos Ltda (i)	125	225	125	225
VIX Logística S.A. (i)	12.238	3.092	12.242	3.590
Vix Transportes Dedicados Ltda (i)	3.452	197	3.452	197
Kurumá Veículos S.A (i)	929	127	929	127
Águia Branca Logística S.A. (i)	220	238	220	238
Agua Branca Logística Ltda (i)	11	-	11	-
AUTOPORT Transportes e Logística Ltda (i)	9	-	9	-
Vitória Motors Ltda (i)	2	-	2	-
LET'S RENT A CAR S/A (i)	1.496	-	1.496	-
Viação Salutaris e Turismo S/A (i)	89	-	89	-
Total de Contas a Receber	21.174	5.315	18.662	4.419
Contas a Pagar				
VD Pneus Ltda (i)	533	511	533	511
Savana Comércio de Veículos Ltda (i)	200	-	-	-
Agua Branca Participações (i)	-	-	-	203
Savana Pneus Ltda (i)	-	-	-	-
Kurumá Veículos S.A. (i)	10	-	16	-
VIX Logística S.A. (i)	362	158	811	158
Let's Rent a car AS (i)	18	-	18	-
AB Comércio de Veículos Ltda (i)	34	-	34	-
Autoport Transportes e Logística Ltda. (i)	22	-	22	-
Agua Branca Encomendas Ltda. (i)	1	-	1	-
Rio Novo Locações. (i)	260	630	259	630
Total de Contas a Pagar	1.440	1.503	1.694	1.503
VD Pneus LTDA (iii)	-	600	-	600
Savana Comércio de Veículos LTDA (iii)	-	-	-	-
Mútuo a Pagar	-	600	-	600
Receita de Vendas				
VIX Logística S.A. (i)	96.340	26.832	96.386	27.257
Viação Águia Branca S.A. (i)	3.496	40.392	3.496	40.392
Águia Branca Logística (i)	1.422	-	1.422	-
Viação Salutareis e Turismo S.A. (i)	560	2.722	560	2.722
Autoport Transportes e Logística Ltda (i)	1.186	33	1.186	33
Let's Rent a car AS (i)	706	-	706	-
Vix Transportes Dedicados Ltda (i)	31.378	11.385	31.378	11.385
Savana Comercio de Veículos Ltda (i)	13.701	13.584	22.832	15.628
Savana Pneus Ltda (i)	-	28	650	184
VD Pneus Ltda (i)	1.429	810	1.429	810
VD Comércio de Veículos (i)	-	-	3.689	1.846
AB Comércio de Veículos Ltda (i)	1.673	225	1.673	225
Vitória Motors Ltda (i)	3	-	3	-
Vm Comercio De Automoveis Ltda (I)	5	-	5	-
Kuruma Veiculos S.A. (I)	5.939	1.887	5.939	1.887
Total de Receita de Vendas	157.838	97.897	171.354	102.369
Rio Novo Locações. (ii)	3.098	4.645	3.081	4.645
Custos e despesas	3.098	4.645	3.081	4.645

- (i) Valores relacionados a comercialização de veículos, peças e serviços para manutenção da frota da empresa ligada direta e indireta as empresas: "Savana Comércio de Veículos Ltda.", "Savana Pneus Ltda.", "VD Comércio de Veículos Ltda em condições normais de mercado;
- (ii) Valores relacionados à locação de imóveis utilizados nas atividades operacionais da Empresa, em condições normais de mercado;
- (iii) Os mútuos não preveem a incidência de juros, estando registrados por seus valores nominais, sem vencimento predeterminado.

As operações de prestação de serviços, vendas e locação de imóveis entre as empresas são realizadas com base em condições, preços e prazos definidos pelas partes envolvidas, consideradas pela Administração como estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

12. Investimentos

12.1. Composição do saldo

	% Participação	Patrimônio Líquido		
		em 2021	2021	2020
Savana Comércio de Veículos Ltda.	62%	123.071	76.304	50.614
Investimento total			<u>76.304</u>	<u>50.614</u>

12.2. Informações adicionais sobre as Empresas investidas

Controlada	Ativo total	Passivo	Receita	Resultado do
		Circulante	bruta	exercício
Savana Comércio de Veículos Ltda.	373.236	195.103	1.487.775	37.313

12.3. Movimentação dos investimentos

	Savana
Saldo inicial em 2021	50.614
(-) Distribuição de Dividendos 2021	(11.509)
(+/-) Equivalência patrimonial	37.313
(+/-) Outros resultado abrangentes	(115)
Saldo final em 2021	<u>76.303</u>

12.3.1. Savana Comércio de Veículos Ltda.

A Empresa iniciou suas operações em Maio de 2016, sendo seu objetivo principal o comércio e o agenciamento de automóveis e peças de reposição da marca Mercedes-Benz, a prestação de serviços de assistência técnica automotiva e o comércio de veículos novas e usados, composta por dez concessionárias com participação majoritária nas cidades Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Curitiba, Jaguariaíva e

Telêmaco Borba no estado do Paraná, Joinville, Concórdia e Xanxerê no Estado de Santa Catarina e Registro no Estado de São Paulo.

12.3.2. Savana Pneus Ltda.

A empresa iniciou suas operações em junho de 2017, sendo seu objetivo principal a comercialização de Pneus Michelin Novos e também oferecem o serviço de Recapagem, na cidade, São José dos Pinhais no Estado do Paraná.

13. Imobilizado líquido

Representado por:

Descrição	% Taxa de depreciação	Controladora		Consolidado	
		Líquido		Líquido	
		2021	2020	2021	2020
Benfeitoria em propriedade	10	17.519	21.046	22.939	25.168
Veículos	10	144.575	72.237	146.985	73.993
Máquinas e equipamentos	20	1.189	984	3.945	3.515
Computadores e periféricos	10	700	310	1.257	700
Instalações	20	49	55	332	336
Móveis e utensílios	10	494	509	1.217	1.011
Aeronave	10	17.083	248	17.083	248
Direito de uso - Nota 30	-	4.150	4.240	11.252	9.102
Total		185.759	99.629	205.010	114.073

13.1. Movimentação analítica

A movimentação analítica do imobilizado para o exercício de 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

13.1.1. Controladora

Descrição	Custo			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo custo
	31/12/2020			31/12/2021
Benfeitoria em propriedade de terceiros	36.816	10.773	(22.290)	25.299
Veículos	73.118	104.611	(32.411)	145.318
Máquinas e equipamentos	2.450	896	(1.185)	2.161
Computadores e periféricos	1.633	647	(814)	1.466
Instalações	541	12	(1)	552
Móveis e utensílios	1.305	197	(503)	999
Aeronave	2.487	17.826	(2.487)	17.826
Direito de uso - Nota 16	5.551	718	-	6.269
Total do custo	123.900	135.680	(59.691)	199.889

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2021
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2020			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(15.770)	(4.368)	12.359	(7.779)
Veículos	(881)	-	138	(743)
Máquinas e equipamentos	(1.466)	(148)	643	(971)
Computadores e periféricos	(1.323)	(153)	709	(767)
Instalações	(486)	(18)	1	(503)
Móveis e utensílios	(796)	(74)	364	(506)
Aeronave	(2.239)	(885)	2.381	(743)
Direito de uso - Nota 16	(1.311)	(808)	-	(2.119)
Total da depreciação acumulada	(24.272)	(6.454)	16.595	(14.131)
Total do imobilizado líquido	99.629	129.226	(43.096)	185.759

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	36.468	348	-	36.816
Veículos	10.848	71.477	(9.207)	73.118
Máquinas e equipamentos	4.170	139	(1.859)	2.450
Computadores e periféricos	1.722	131	(220)	1.633
Instalações	567	-	(26)	541
Móveis e utensílios	1.366	34	(95)	1.305
Aeronave	2.487	-	-	2.487
Direito de uso - Nota 16	5.125	426	-	5.551
Total do custo	62.752	72.555	(11.407)	123.900

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(11.520)	(4.250)	-	(15.770)
Veículos	(1.128)	(352)	599	(881)
Máquinas e equipamentos	(3.135)	(161)	1.830	(1.466)
Computadores e periféricos	(1.438)	(91)	206	(1.323)
Instalações	(491)	(21)	26	(486)
Móveis e utensílios	(788)	(85)	77	(796)
Aeronave	(1.990)	(249)	-	(2.239)
Direito de uso - Nota 16	(631)	(680)	-	(1.311)
Total da depreciação acumulada	(21.120)	(5.889)	2.738	(24.271)
Total do imobilizado líquido	41.632	66.666	(8.669)	99.629

13.1.2. Consolidado

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2021
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2020			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	43.755	13.525	(22.333)	34.947
Veículos	75.413	105.611	(32.741)	148.283
Máquinas e equipamentos	6.407	1.547	(1.189)	6.765
Computadores e periféricos	2.461	995	(814)	2.642
Instalações	855	48	(1)	902
Móveis e utensílios	2.096	512	(503)	2.105
Aeronave	2.487	17.826	(2.487)	17.826
Direito de uso - Nota 16	14.381	4.956	-	19.337
Total do custo	147.854	145.020	(60.068)	232.806

Descrição	Depreciação			Saldo deprec. 31/12/2021
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2020			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(18.585)	(5.780)	12359	(12.006)
Veículos	(1.338)	(54)	176	(1.216)
Máquinas e equipamentos	(2.157)	(570)	643	(2.084)
Computadores e periféricos	(2.556)	(333)	709	(2.180)
Instalações	(541)	(52)	1	(592)
Móveis e utensílios	(1.070)	(168)	364	(874)
Aeronave	(2.256)	(885)	2.381	(760)
Direito de uso - Nota 16	(5.278)	(2.806)	-	(8.084)
Total da depreciação acumulada	(33.781)	(10.648)	16.633	(27.796)
Total do imobilizado líquido	114.073	134.372	(43.435)	205.010

Descrição	Custo			Saldo custo 31/12/2020
	Saldo anterior	Adição	Baixa	
	31/12/2019			
Benfeitoria em propriedade de terceiros	41.953	1.802	-	43.755
Veículos	12.690	73.176	(10.456)	75.410
Máquinas e equipamentos	7.987	264	(1.845)	6.406
Computadores e periféricos	2.364	332	(234)	2.462
Instalações	779	103	(26)	856
Móveis e utensílios	2.109	84	(97)	2.096
Aeronave	2.487	-	-	2.487
Direito de uso - Nota 16	12.101	2.278	-	14.379
Total do custo	82.470	78.039	(12.658)	147.851

Descrição	Depreciação			
	Saldo anterior	Adição	Baixa	Saldo deprec.
	31/12/2019			31/12/2020
Benfeitoria em propriedade de terceiros	(13.237)	(5.350)	-	(18.587)
Veículos	(1.947)	(596)	1.126	(1.417)
Máquinas e equipamentos	(4.170)	(554)	1.833	(2.891)
Computadores e periféricos	(1.736)	(232)	206	(1.762)
Instalações	(502)	(44)	26	(520)
Móveis e utensílios	(1.001)	(161)	77	(1.085)
Aeronave	(1.990)	(249)	-	(2.239)
Direito de uso - Nota 16	(2.499)	(2.778)	-	(5.277)
Total da depreciação acumulada	(27.082)	(9.964)	3.268	(33.778)
Total do imobilizado líquido	55.388	68.075	(9.390)	114.073

13.2. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo imobilizado e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

13.3. Aeronave

Durante o exercício de 2011, a Empresa adquiriu uma aeronave que tem por finalidade auxiliar o deslocamento dos principais executivos da Empresa. No ano de 2021, a empresa realizou a venda de tal aeronave e aquisição de uma aeronave nova na modalidade Leasing no prazo de 120 meses.

14. Intangível Líquido

Representado por:

	Taxa de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Direito de uso de software	20	911	1.982	1.187	2.220
Marcas e patentes	-	24	24	24	24
Fundo de comércio	-	-	500	33.399	1.767
Desenvolvimento de Software	20	148	645	306	1.211
		1.083	3.151	34.916	5.222
Amortizações acumuladas		(689)	(1.404)	(848)	(1.519)
		394	1.747	34.068	3.703

14.1. Resumo de movimentação

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	1.747	6.235	3.703	8.588
(+)Aquisições	898	299	37.515	784
(-)Baixas	(1.414)	(4.496)	(1.917)	(5.339)
(-)Amortizações	(837)	(291)	(5.233)	(330)
Saldo Final	394	1.747	34.068	3.703

14.2. Fundo de comércio

Em 18 de março de 2013, por meio de instrumento particular de venda foi adquirido à cessão de fundo de comércio no valor de R\$ 6.000, da Samadisa - São Mateus Diesel Serviços e Autos Ltda. referente a marca Mercedes-Benz e Michelin, associada a filial localizada em Cachoeiro de Itapemirim conforme a Nota Explicativa do nº 19.

Em 23 de janeiro de 2018, por meio de instrumento particular de venda foi adquirido à cessão de fundo de comércio no valor de R\$ 2.534. Referente a marca Mercedes-Benz, associada as filiais localizadas em Concórdia e Xanxerê.

Em 01 de julho de 2021, por meio de instrumento particular de venda foi adquirido o direito de concessão Vans Center no valor de R\$ 36.405. Referente a marca Mercedes-Benz, associada as filiais localizadas em Curitiba.

14.3. Revisão da vida útil

A Empresa avaliou a vida útil-econômica de todos os itens que compõem seu ativo intangível e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, uma vez que não ocorreu qualquer alteração nas estimativas e premissas adotadas no exercício anterior.

15. Empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Capital de giro	228.476	161.426	248.715	198.790
Finame	-	-	0	760
Leasing	14.317	-	14.317	-
Operações de cessão de crédito com coobrição	13.124	-	62.634	-
	255.917	161.426	325.666	199.550

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Circulante	108.400	26.641	128.639	44.401
Não circulante	147.517	134.785	197.028	155.149
Total de Empréstimos e Financiamentos	255.917	161.426	325.666	199.550

15.1. Capital de giro

O empréstimo de capital de giro é corrigido pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou TR (Taxa Referencial), acrescido da seguinte taxa de juros:

Controladora				
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
2.500	0,85% a.m	1.883	1.258	625
22.500	IPCA + 2,36% a.a	16.945	11.320	5.625
50.000	CDI + 2,05% a.a	50.532	532	50.000
10.000	CDI + 3,42% a.a	8.070	3.347	4.722
10.000	CDI + 3,42% a.a	8.070	3.347	4.722
20.000	CDI + 2,05% a.a	20.350	20.350	-
20.000	CDI + 3,34% a.a	20.608	608	20.000
20.000	175,90% do CDI	20.367	20.367	-
20.000	CDI +2,65% a.a	20.524	20.524	-
40.000	CDI +2,15% a.a	40.881	5.236	35.645
20.000	CDI +2,65% a.a	20.245	20.245	-
150.000		228.476	107.136	121.339

Consolidado				
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
2.500	0,85% a.m	1.883	1.258	625
22.500	IPCA + 2,36% a.a	16.945	11.320	5.625
50.000	CDI + 2,05% a.a	50.532	532	50.000
10.000	CDI + 3,42% a.a	8.070	3.347	4.722
10.000	CDI + 3,42% a.a	8.070	3.347	4.722
20.000	CDI + 2,05% a.a	20.350	20.350	-
20.000	CDI + 3,34% a.a	20.608	608	20.000
20.000	175,90% do CDI	20.367	20.367	-
20.000	CDI +2,65% a.a	20.524	20.524	-
40.000	CDI +2,15% a.a	40.881	5.236	35.645
20.000	CDI +2,65% a.a	20.245	20.245	-
20.000	CDI + 1,69% a.a	20.239	20.239	-
255.000		248.715	127.375	121.339

15.2. Finame (consolidado)

Os financiamentos para investimentos em FINAME possuem taxas de juros anuais corrigidas pela TLP ou pré-fixadas, conforme demonstrado a seguir:

		Consolidado		
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
14.444	CDI +3,23% a.a	14.317	1.263	13.054
14.444		14.317	1.263	13.054

15.3. Operações de cessão de crédito com coobrigação

		Controladora		
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
15.000	CDI + 2,24% a.a	13.124		13.124
15.000		13.124	-	13.124

		Consolidado		
		31/12/2021		
Captação	% - Juros anuais	Saldo	Circulante	Não Circulante
15.000	CDI + 2,24% a.a	13.124		13.124
50.000	CDI + 3,53% a.a	49.510		49.510
65.000		62.634	-	62.634

15.4. Garantias

As linhas de empréstimos possuem como garantia notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

15.5. Composição da parcela de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

Controladora				
31/12/2021				
Anos	Capital de giro	Leasing	Operações de cessão de crédito com coobrição	Total
2023	30.562	1.304	-	31.866
2024+	90.778	11.750	13.124	115.652
	<u>121.339</u>	<u>13.054</u>	<u>13.124</u>	<u>147.517</u>

Consolidado				
31/12/2021				
Anos	Capital de giro	Leasing	Operações de cessão de crédito com coobrição	Total
2023	30.562	1.304	49.510	81.376
2024+	90.778	11.750	13.124	115.652
	<u>121.339</u>	<u>13.054</u>	<u>62.634</u>	<u>197.027</u>

16. Passivo de arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Empresa aplicou a CPC 06 (R2) / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores.

Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental da Empresa de 7,72% e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Para os contratos aptos para a aproveitamento do crédito do PIS e da COFINS, os tributos a recuperar são reconhecidos conforme pagamento efetivo do arrendamento.

A Empresa aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado.

a) Ativo de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imóveis				
Saldo inicial	4.240	4.494	9.102	9.602
Aquisições	718	426	5.753	2.767
Amortização crédito de PIS e COFINS	-	-	-	-
Atualização monetária	-	-	-	-
Amortização	(809)	(680)	(2.807)	(2.779)
Baixas	-	-	(797)	(488)
Saldo em	4.149	4.240	11.251	9.102

b) Passivos de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imóveis				
Saldo inicial	4.520	4.648	9.684	9.960
AVP reconhecido na transição da norma	-	-	-	-
Adições de novos contratos	602	333	4.980	2.265
Baixa por pagamento dos passivos de arrendamento	(587)	(461)	(2.658)	(2.541)
Amortização dos juros acumulados (AVP)	-	-	-	-
Baixas por alteração contratual	-	-	-	-
Saldo final	4.535	4.520	12.006	9.684
Circulante	879	698	3.423	2.600
Não circulante	3.656	3.822	8.583	7.084

c) Resultado de arrendamento

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
isenções (arrendamentos variáveis, de baixo valor ou prazo inferior a 12 meses)	(2.859)	(5.240)	(6.607)	(11.631)
Amortização do arrendamento de aluguel	(748)	(630)	(2.928)	(2.531)
Despesas financeiras - Juros acumulados (AVP)	(320)	(327)	(764)	(730)
Crédito de PIS e COFINS diferido	(92)	(80)	(366)	(319)

17. Fornecedores

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2021
Mercedes Benz	95.881	29.166	221.420	109.051
Fonecedores Diversos	13.346	9.867	16.349	13.794
	<u>109.227</u>	<u>39.033</u>	<u>237.769</u>	<u>122.845</u>

18. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações trabalhistas e previdenciárias				
Previdenciárias - FGTS/INSS	1.137	848	3.135	2.278
Provisão - férias e encargos	2.347	1.849	6.559	4.616
	<u>3.484</u>	<u>2.697</u>	<u>9.694</u>	<u>6.894</u>
Obrigações tributárias				
Federais - PIS/COFINS/IRPJ/CSL	770	1.137	2.987	3.535
Estaduais - ICMS a recolher	3.834	1.167	5.192	2.001
Municipais - ISS a recolher	109	108	246	231
Parcelamento de tributos - PAES	2.308	2.512	2.307	2.512
Outros	-	-	-	-
	<u>7.021</u>	<u>4.924</u>	<u>10.732</u>	<u>8.279</u>
Total	<u>10.505</u>	<u>7.621</u>	<u>20.426</u>	<u>15.173</u>
Circulante	8.445	5.551	18.366	13.103
Não Circulante	2.060	2.070	2.060	2.070

19. Contas a pagar por aquisições

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de Comércio/Direito de concessão				
Circulante	2.745	2.745	22.453	2.745
Não Circulante	1.966	1.966	1.966	1.966
Contas a a pagar por aquisições	<u>4.711</u>	<u>4.711</u>	<u>24.419</u>	<u>4.711</u>

a) Aquisição Samadisa

Em 18 de março de 2013, foi realizada a aquisição da concessão de revenda de veículos, peças e serviços de garantia da marca Mercedes Benz do Brasil S/A e o fundo de comércio da empresa Samadisa - São Mateus Diesel Serviços e Autos Ltda., portadora do CNPJ.MF sob n.º 21.176.494/0001-16, antiga proprietária da concessão.

Esta aquisição comportou os seguintes ativos:

	Valor (R\$)
Fundo de Comércio Mercedes Benz	5.000
Fundo de Comércio Michelin	1.000
Estoque Peças e Pneus	1.477
Moveis, utensílios e ferramentas	323
Total	<u>7.800</u>

O pagamento desta operação foi estabelecido da seguinte forma:

- 20 parcelas no valor unitário de R\$ 343 cujo vencimento é de 180 dias sucessivamente até o ano de 2023;
- Parcela no valor unitário de R\$ 936, sendo seu vencimento em 30 dias após o pagamento da última parcela semestral.

Esta obrigação está representada por:

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo de Comércio				
Circulante	2.745	2.745	2.745	2.745
Não Circulante	1.966	1.966	1.966	1.966
Contas a a pagar por aquisições	<u>4.711</u>	<u>4.711</u>	<u>4.711</u>	<u>4.711</u>

Composição da dívida no Longo Prazo.

Ano	Vans Center
2022	2.059
2023	686
2024	686
Após 2024	1.280
	<u>4.711</u>

b) Aquisição Vans Center

Em 26 de Abril de 2021, foi realizada a aquisição da concessão de revenda de utilitários, peças e serviços de garantia da marca Mercedes Benz do Brasil S/A da empresa Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S/A., portadora do CNPJ.MF sob n.º 24.706.364/0001-50, antiga proprietária da concessão.

Esta aquisição comportou os seguintes ativos:

	Valor (R\$)
Imobilizado	393
Benfeitorias em propriedades de terceiros	1.201
Cessão dos direitos de concessão mbb - "Bandeira"	36.405
Total	<u>38.000</u>

O pagamento desta operação foi estabelecido da seguinte forma:

- Parcela no valor unitário de R\$ 19.000 em até 5 dias após a data em que se verificar a aprovação do presente negócio pelo CADE e Mercedes-Benz do Brasil LTDA.
- Parcela no valor unitário de R\$ 19.000 em até 12 mês após o pagamento da primeira parcela, acrescido de 100% da CDI.

Esta obrigação está representada por:

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Não Circulante	-	-	19.707	-
Contas a a pagar por aquisições	-	-	19.707	-

20. Adiantamento de clientes e outras contas a pagar

Adiantamento de cliente é referente a operação de venda de veículos, ocasionando o pagamento antecipado realizados pelo consumidor final.

Contas a pagar diversos referentes ao funcionamento das operações do negócio.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Adiantamento de clientes	3.142	5.543	10.460	11.876
Contas a pagar diversas	3.391	2.228	6.053	4.248
	<u>6.533</u>	<u>7.771</u>	<u>16.513</u>	<u>16.124</u>

21. Provisão para demandas judiciais

As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa constituiu uma provisão nas demonstrações contábeis correspondente a processos cujo risco de perda foi considerado provável como abaixo resumido:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021				31/12/2021			
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Prováveis	104	40	-	144	104	40	-	144
Possíveis	1.324	1.101	-	2.424	1.891	1.448	-	3.339
Remotas	35	-	-	35	43	-	-	43
	<u>1.463</u>	<u>1.141</u>	<u>-</u>	<u>2.603</u>	<u>2.038</u>	<u>1.488</u>	<u>-</u>	<u>3.526</u>

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2020				31/12/2020			
	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total	Trabalhista	Cíveis	Tributária	Total
Prováveis	104	40	-	144	104	40	-	144
Possíveis	1.324	1.101	-	2.424	1.891	1.448	-	3.339
Remotas	35	-	-	35	43	-	-	43
	<u>1.463</u>	<u>1.141</u>	<u>-</u>	<u>2.603</u>	<u>2.038</u>	<u>1.488</u>	<u>-</u>	<u>3.526</u>

21.1. Depósitos judiciais

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão dos processos em andamento, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos judiciais	714	910	1.549	1.577
	<u>714</u>	<u>910</u>	<u>1.549</u>	<u>1.577</u>

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 85.677 (R\$ 85.677 em 2020), subscrito e integralizado, representado por 85.677 quotas (85.677 quotas em 2020), no valor nominal de R\$1,00 cada.

b) Reserva de Lucro

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa gerou um lucro de R\$ 87.462 (R\$32.456 em 31 de dezembro de 2020), constituindo um saldo de R\$ 79.024 (19.131 em 31 de dezembro de 2019), classificado na conta Reserva de Lucro.

c) Juros sobre Capital Próprio

A controlada Savana Comércio de Veículos Ltda., no exercício de 2021, não realizou pagamento de juros sobre capital próprio para a Controladora VD Comércio de Veículos e acionistas minoritário.

23. Receita operacional líquida

Representado por:

	Controladora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Veículos novos	591.514	399.361	1.875.208	1.225.034
Veículos usados	-	2.292	85	3.153
Peças, pneus e acessórios	97.409	82.135	295.483	202.374
Outros serviços (comissões, locações e outros)	22.475	29.758	60.390	59.269
Receita operacional	711.398	513.546	2.231.166	1.489.830
Impostos e outras deduções	(106.793)	(75.785)	(312.160)	(197.777)
Receita operacional líquida	604.605	437.761	1.919.006	1.292.053

Em 2020 as vendas se mantiveram, ainda reflexo da falta de veículos com o ritmo desacelerados da fábrica. Já em 2021 o volume de vendas aumenta dentro em vista a volta da normalidade da fabricação de veículos, refletindo também nos custos e despesas.

24. Custo dos veículos vendidos e serviços prestados

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo de veículos novos	(440.946)	(310.482)	(1.404.519)	(957.785)
Custo de veículos usados	-	(2.061)	(80)	(2.948)
Custo na venda de peças e acessórios	(59.828)	(54.592)	(206.035)	(145.905)
Custo dos serviços prestados e outros	(7.130)	(11.991)	(28.451)	(28.016)
	(507.904)	(379.126)	(1.639.085)	(1.134.654)

25. Despesas administrativas, comerciais e gerais

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos e despesas com pessoal	(25.374)	(19.969)	(63.544)	(46.134)
Depreciações e amortizações	(5.068)	(5.327)	(7.012)	(6.970)
Amortização do ativo de direito de uso	(748)	(630)	(2.928)	(2.531)
Serviços prestados por terceiros	(3.461)	(4.111)	(6.534)	(6.754)
Honorários dos administradores	(1.208)	(1.013)	(1.841)	(1.712)
Aluguéis	(2.859)	(5.240)	(9.823)	(11.631)
Despesas diversas de propaganda	(1.057)	(1.263)	(2.174)	(2.572)
Despesas com Vendas	(12.601)	(5.495)	(46.448)	(16.370)
Despesas com telefonia, energia elétrica e água	(631)	(480)	(1.391)	(1.101)
Despesas com viagens e estadias	(765)	(1.039)	(1.814)	(1.955)
Outros custos e despesas	(17.030)	(4.986)	(18.630)	(2.666)
	<u>(70.802)</u>	<u>(49.553)</u>	<u>(162.139)</u>	<u>(100.396)</u>

26. Resultado financeiro, líquido

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas financeiras				
Despesas de aplicação de fundos	(1)	(136)	(1)	(280)
Juros passivos	(16.444)	(6.593)	(20.298)	(10.308)
Despesas bancárias	(1.920)	(351)	(2.590)	(527)
Juros sobre arrendamentos	(320)	(327)	(764)	(730)
Descontos concedidos	(920)	(271)	(1.610)	(901)
Perdas Financeiras	(206)	(55)	(603)	(274)
Outras despesas financeiras	(70)	(15)	(70)	(16)
	<u>(19.881)</u>	<u>(7.748)</u>	<u>(25.936)</u>	<u>(13.036)</u>
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.876	2.090	10.340	4.550
Descontos obtidos	47	78	108	135
Outras receitas financeiras	1.008	1.767	2.681	4.666
	<u>6.932</u>	<u>3.935</u>	<u>13.129</u>	<u>9.351</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(12.949)</u>	<u>(3.813)</u>	<u>(12.807)</u>	<u>(3.685)</u>

27. Outras receitas (despesas) operacionais

Representado por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Outras despesas				
Custo venda imobilizado	(31.865)	(11.484)	(32.658)	(12.253)
Tributos sobre outras receitas	(4.731)	(1.408)	(9.944)	(2.501)
Outras despesas diversas	(3.437)	(730)	(2.895)	(756)
	<u>(40.033)</u>	<u>(13.622)</u>	<u>(45.497)</u>	<u>(15.510)</u>
Outras receitas				
Receita de locação	41.500	12.377	42.192	12.944
Receita venda imobilizado	43.158	10.631	43.661	11.853
Outras receitas diversas	3.674	1.383	6.553	1.652
	<u>88.332</u>	<u>24.391</u>	<u>92.406</u>	<u>26.449</u>
Resultado outras receitas operacionais	<u>48.299</u>	<u>10.769</u>	<u>46.909</u>	<u>10.939</u>

28. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Saldos correntes

Constituídos conforme as alíquotas vigentes, com base no lucro ajustado (lucro real) para fins tributários.

Conciliação das provisões de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes das provisões tributárias	98.448	36.234	151.884	64.623
Alíquota nomina	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	33.472	12.319	51.640	21.972
Efeito de adições				
(+) Adições permanentes	5.014	559	19.765	8.574
Efeito de exclusões				
(-) Exclusões permanentes	(9.010)	(309)	(9.973)	(1.141)
(+/-) Prejuízo fiscal	(5.048)	(1.712)	(5.049)	(1.712)
(+/-) Equivalência patrimonial	(12.648)	(6.867)	(12.648)	(6.867)
(-/+) Outros	(24)	(24)	(72)	(72)
(-) Incentivos fiscais	(624)	(200)	(2.079)	(977)
(=) Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>11.132</u>	<u>3.766</u>	<u>41.584</u>	<u>19.777</u>

29. Cobertura de seguros (não auditado)

A Empresa mantém seguros segundo a cobertura contratada, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Empresa.

30. Benefícios a empregados

A política de benefícios tem por objetivo assegurar o bem-estar dos funcionários e também de seus familiares e, por esta razão, a Empresa oferece assistência médica, seguro de vida, vale-refeição ou vale-alimentação, programa de treinamento interno e vale-transporte.

31. Remuneração dos administradores

Até 31 de dezembro de 2021, foi registrado a título de remuneração a diretores e administradores o montante de R\$ 1.329 (R\$ 1.093 em 2020).